

**Considerações sobre o gênero da primeira parte  
do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* (1728)**  
**Considerations on the genre of the first part  
of the *Narrative Compendium of the Pilgrim of America* (1728)**

MARCELO LACHAT<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho discute o gênero da primeira parte do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* (1728), de Nuno Marques Pereira. Com base nos indícios que se encontram nessa obra de ficção em prosa do século XVIII, propõe-se que ela consiste em uma «história fingida», conforme a concepção desse gênero de história que se esboça no diálogo I de *Corte na Aldeia* (1619), de Francisco Rodrigues Lobo. Não tendo a pretensão de definir tal gênero (ou espécie), este artigo apresenta considerações que visam a contribuir para uma leitura crítica do *Peregrino da América* adequada às letras portuguesas e luso-brasileiras da primeira metade do Setecentos.

**Palavras-Chaves:** Século XVIII; *Peregrino da América*; gênero retórico-poético; história fingida.

**Abstract:** This paper discusses the genre of the first part of the *Narrative Compendium of the Pilgrim of America* (1728), by Nuno Marques Pereira. Based on the evidence found in this eighteenth-century prose fiction work, it is proposed that it consists of a «pretended history», according to the conception of this genre of history that is outlined in the dialogue I of *Court in the Village* (1619), by Francisco Rodrigues Lobo. Having no intention of defining this genre (or species), this article presents considerations that aim to contribute to a critical reading of the *Pilgrim of America* appropriate to the Portuguese and Luso-Brazilian literate practices of the early 18<sup>th</sup> century.

**Keywords:** 18<sup>th</sup> century; *Pilgrim of America*; rhetorical-poetic genre; pretended history.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo (Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0353-8618>.

Porque é sem dúvida, que pela lição dos bons livros  
vêm os homens ao conhecimento de toda a verdade  
[...].  
(Pereira, 1939, I: 405)

A edição *princeps* da primeira parte do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América, em que se tratam discursos espirituais, e morais, com muitas advertências, e documentos contra os abusos, que se acham introduzidos pela má-lícia diabólica no Estado do Brasil* foi publicada em Lisboa, em 1728. Sobre o autor dessa obra, Nuno Marques Pereira, pouco se sabe.<sup>2</sup> Diogo Barbosa Machado, em sua *Biblioteca Lusitana*, afirma que Marques Pereira era «natural da Villa de Cairú, distante quatorze léguas da Cidade da Bahia de todos os Santos, Capital da América Portuguesa, e instruído na lição da História Sagrada, e profana» (Machado, 1752: 505). De acordo com Afrânio Peixoto, o autor do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, «nascido em 1652 e falecido em Lisboa, depois de 1733, viveu no Brasil. Disse Varnhagen que também aqui nascera, em Cairú, na Baía. Rodolfo Garcia [...] discorda do mestre

e fá-lo reinol» (Pereira, 1939, I: V). Além de informações vagas e incertas como essas, não há notícias seguras acerca de Nuno Marques Pereira, que às vezes é confundido com a *persona* Peregrino, tomando-se, infundada e ingenuamente, a ficção da personagem como vida do autor. Quanto à obra, é interessante lembrar que a primeira parte do *Peregrino da América* teve significativa recepção e circulação no século XVIII, visto que, afora aquela edição *princeps* de 1728, foi reimpressa quatro vezes: em 1731, 1752, 1760 e 1765.<sup>3</sup> Já a segunda parte desse *Compêndio Narrativo*, prometida pelo narrador-Peregrino no fim da primeira<sup>4</sup>, foi encontrada em um manuscrito apógrafo pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal e impressa apenas no século XX pela Academia Brasileira de Letras, que publicou, em 1939, ambas as partes em dois volumes, reeditados em 1988. Ademais, vale mencionar que, ao final da segunda parte, o narrador anuncia a possibilidade de uma terceira<sup>5</sup>, da qual, porém, não se conhecem manuscritos ou impressos.

---

<sup>2</sup> Em uma das «licenças do Santo Ofício» da edição de 1728, o padre Manoel Consciência considera que «supposto que o Author [Nuno Marques Pereira] nos não declare a Provincia, que tem por Patria, ou lhe serve de residencia; e ainda que as não insinuãrão muito as reflexoens, que faz na presente Obra, a sua grande erudição só bastava para o reputarmos por Nacional do Brasil: porque só em terra, Officina propria de engenhos, se podia fabricar Obra com tanto, e onde se achão as prerrogativas do mayor» (Pereira, 1728: fl. cij verso).

<sup>3</sup> Para Pedro Calmon, o *Peregrino da América* teria sido o «livro “brasileiro” que mais se leu no século XVIII» (Pereira, 1939, I: 415).

<sup>4</sup> «E por esta razão, ferrarei agora as vélas do meu discurso e narração, supendendo [sic] a penna desta escrita, e lançarei ancora no mar da esperança, até que torne a chegar o Tempo bem empregado, para continuarmos a segunda Parte deste Compendio, que vos promettemos se Deus for servido» (Pereira, 1939, I: 414).

<sup>5</sup> «E por agora dobrarei aqui a folha desta escripta, até que succeda tornar outra vez o Tempo bem empregado, para continuarmos na terceira parte deste livro, quando assim o permitta Deus» (Pereira, 1939, II: 278-279).

No *Peregrino da América*, narra-se uma viagem da «Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Metrópole do Estado do Brasil» às «Minas do Ouro», empreendida pela *persona* Peregrino para castigar vícios e pecados no Estado do Brasil. Essa personagem é *homo viator*, pois, em constante peregrinação, busca um caminho em meio ao caos do mundo para instaurar «uma certa ordem na desordem generalizada, o que só se torna possível mediante o cumprimento de certos rituais de passagem que assegurem, no seu termo, o encontro do homem com a divindade» (Moreira, 2006: 190). O *homo viator*, «caminhante, procura transcender sua condição física, terrena, num movimento de retorno e de restauração de uma pátria perdida» (Filho, 2013: 44). Nesse sentido, no preâmbulo «ao leitor» da primeira parte, o autor do *Peregrino da América* explicita, assumindo o *ethos* de bom cristão, o propósito de sua obra:

Tal me considero eu no presente caso, levado do zelo, e amor de Deus, e da caridade do próximo; por ver, e ouvir contar o como está introduzida esta quasi geral ruina de feitiçarias, e calundús nos escravos e gente vagabunda, neste Estado do Brasil; além de outros muitos, e grandes peccados, e superstições de abusos

tão dissimulados dos que têm obrigação de castigar: motivo, porque o Demonio, mestre da mentira, e sciencia magica, se tem introduzido, com perda de tantas almas remidas pelo precioso Sangue de Nosso Senhor Jesu Christo.

Tenho mais outra razão, que por Direito me favorece, segundo a Lei. (*Ord. lib. V, tit. 117, § 1º*). Porque, como homem do Povo, posso avisar, e denunciar, para que se ponha cobro, e se castiguem semelhantes vícios, e peccados; porque é certo, que dissimulá-los é querer que se não emendem. (Pereira, 1939, I: 6)

Composta, segundo o próprio autor, em «estilo [em parte] parabólico»<sup>6</sup>, a obra de Marques Pereira pode ser caracterizada como um «compêndio de narrações», conforme sugerem seu título e o trecho abaixo, escrito pelo padre Manoel Consciência em uma das «licenças do Santo Ofício» para a primeira impressão do livro:

Este Livro nada desdiz da sua Inscrisção. Intitula-se *Compendio*, e o he de mui doutrinaes exemplos, modernos, e antigos; de litteraes sentenças da Escritura sagrada, e mui ponderosas dos Santos Padres; de doutrinas uteis, e fervorosas, de documentos catholicos, e moraes; de erudiçoens Divinas, e humanas: e finalmente nas varias materias, em que o Au-

---

<sup>6</sup> «E se reparares no estylo, por ser em parte parabolico, tenho exemplo de muitos Autores espirituaes, que usaram desta phrase, e genero de escrever: e o mesmo Christo Senhor nosso tratando solida doutrina com os homens, para melhor os persuadir, o praticou, e ainda hoje, com maior razão nos tempos presentes, para convencer ao gosto dos tediosos de lerem, e ouvirem ler os livros espirituaes, são necessarios todos estes acepipes, e viandas. E se não, vede o que se estyla, e pratica nos banquetes de agora, offerecendo-se nas mesas aos convidados no primeiro prato varias saladas, para mais agrado e gosto do paladar. Isto, que succede nos banquetes do corpo, vos quiz praticar neste banquete da alma» (Pereira, 1939, I: 8).

thor aqui toca, escreve com tanta intelligencia da Filosofia, Theologia, Medicina, Jurisprudencia, Poesia, e outras facultades, que neste seu *Compendio de narraçoens* se mostra outro universal de cientificas noticias. (Pereira, 1728: fls. c ij verso – ciiij recto)

Nessa mesma licença, também se destaca que, no *Peregrino da América*, é empregado um «estilo parabólico», o qual, ao encobrir verdades muito claras e insípidas, acaba por torná-las mais «frutuosas»; assim, em tal estilo, reputado como um eficaz instrumento de persuasão, envolvem-se «importantes advertências» aos leitores. No texto desse *Compêndio Narrativo*, portanto, são usadas parábolas a fim de, pelo deleite e pelo ensinamento, moverem-se afetos cristãos, o que está em consonância com as três finalidades do discurso preconizadas, em particular, nas retóricas latinas antigas e assimiladas pelas preceptivas cristãs: *delectare* («deleitar»), *docere* («ensinar») e *movere* («mover»). À vista disso, é preciso discutir, então, o que se entende por «parábola» nas letras luso-brasileiras do século XVIII. Uma interessante definição desse termo – e coetânea ao *Peregrino da América* – encontra-se no *Vocabulário Português e Latino* (1712-1728), de Raphael Bluteau:

PARÂBOLA. Deriva-se do verbo Grego *Paraballein*, que val tanto como lançar, ou pôr huma cousa a par da outra, porque *Parabola* he hũa especie de comparação, & moralmente falando, comparar, he pôr huma cousa com outra, & confrontalla com ella. He pois *Parabola* a

narração de um successo supposto, com instrução allegorica, da qual se tira alguma moralidade. Nas Parabolias Evangelicas encerrou a Divina Sabedoria admiraveis doutrinas para a salvação eterna, como se vê na parabola do rico Avarento, na das cinco Virgens sabias, & cinco loucas, na parabola da vinha, &c. Os Proverbios de Salomão são chamados *Parabolias*, porque tambem Parabola se toma por dito sentencioso, allegorico, & proverbial. *Parabola*, æ. Fem. Em Quintiliano esta palavra significa comparação. (Bluteau, 1720, VI: 249)

Desse modo, as narrações compendiadas na obra de Marques Pereira são parábolas, nas quais se relatam sucessos supostos, com instrução alegórica, e das quais se tira alguma moralidade. O caráter alegórico do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* foi devidamente demonstrado na tese de José Adriano Filho, que considera a obra uma «narrativa alegórica de peregrinação», embora especifique que a primeira parte é mais doutrinária, enquanto a segunda «reduz o espaço concedido à doutrina e amplia as dimensões ficcionais e alegóricas» (Filho, 2013: 15). No entanto, mesmo na primeira parte (foco deste artigo), a narração principal – ainda que manifestamente doutrinária, com exemplos que visam a uma instrução católica, pautada sobretudo pelos dez mandamentos – desenvolve-se em estilo parabólico, sendo as personagens centrais, o Peregrino e o Ancião, alegorias. Dessa forma, no capítulo inicial do texto, logo depois de uma breve descrição geográfica da «Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Metrô-

pole do Estado do Brasil», o Peregrino, personagem que narra a história, depara-se com um «venerável Ancião», a quem se apresenta da seguinte maneira: «Eu, Senhor, [...] sou Peregrino, e trato de minha salvação» (Pereira, 1939, I: 20). A isso responde o Ancião, encarecendo e instruindo seu interlocutor, com um discurso (apropriado ao *ethos* de velho sábio) do qual se conclui

que se devem tratar e haver os homens como Peregrinos. Porque, se bem repararmos que cousa é a vida de um homem neste mundo, acharemos que não é mais que uma mera peregrinação: que vão caminhando com toda a pressa para a eternidade, desde o inferior ao superior, tanto que chegam a ter uso de razão: já andando, já navegando, já apeteendo glórias até possuí-las, e na mesma posse temendo perdê-las. [...] E assim não ha no homem firmeza, nem estabilidade, que por muito tempo dure; por andar sempre em uma perpetua mudança. E só pára este bulício, quando chega a um dos dous termos, aonde ha de ir parar: ou ao Céu, para onde foi creado; ou ao Inferno, o que Deus não permita por sua Divina clemencia, e misericórdia. (Pereira, 1939, I: 22)

O Peregrino é, enfim, *exemplum* alegórico do homem político e bom cristão, ou seja, um modelo moral e religioso tal como estabelecido pelo Ancião nesse mesmo primeiro capítulo (Pereira, 1939, I: 23 e segs.). E, no último capítulo (XXVIII), revela-se a alegoria do próprio Ancião, que se declara ao Peregrino:

E assim conheci agora, que eu sou o Tempo bem empregado. De mim têm fallado varios Autores sagrados e humanos; e que existo no mundo, desde o primeiro seculo em que Deus me fez e toda esta maquina do Universo. E sabeí que tambem hei de ter fim e que será a minha duração tão sómente até se acabar o mundo, quando Christo vier a julgar a todos os homens dos bens e males, que fizeram em sua vida, dando a cada um o premio e o castigo, segundo seus merecimentos. (Pereira, 1939, I: 400-401)

Por conseguinte, desvelando-se o Ancião como o «Tempo bem empregado», reafirmam-se o estilo parabólico e o caráter alegórico do texto, cuja doutrina consiste em mostrar o mundo como um «Hospital de loucos» e Deus, e apenas Ele, como a «suma Verdade» (Pereira, 1939, I: 403).

Sendo a primeira parte do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* composta em um estilo parabólico e tendo um caráter alegórico e doutrinário, tais qualificações não dirimem, contudo, uma questão fundamental e bastante complexa que envolve as hoje chamadas (talvez anacronicamente) «narrativas de ficção» do século XVI a meados do XVIII: qual é (ou quais são) o(s) gênero(s) desses textos? Trata-se de uma complicada discussão retórico-poética que, possivelmente, jamais chegará a uma solução definitiva, mas que é, ao mesmo tempo, essencial para uma compreensão histórica adequada dessas produções letradas quinhentistas, seiscentistas e setecentistas.

Assim, na «nota preliminar» da edição de 1939 do *Peregrino da América*, Afrânio Peixoto qualifica a obra de Nuno Marques Pereira como a «primeira novela brasileira, livro de costumes e de edificação» (Pereira, 1939, I: VII). Essa proposta de categorização é evidentemente anacrônica e nacionalista. Isso porque tal obra, tendo em vista as preceptivas retóricas e poéticas e as práticas letradas setecentistas, não se insere no gênero «novela». Ademais, não se trata de um livro «brasileiro», dado que foi impresso em Portugal (como se sabe, ainda nem havia imprensa na América Portuguesa do século XVIII) e não há qualquer certeza quanto ao lugar em que teria nascido seu autor (em terras portuguesas ou luso-brasileiras).<sup>7</sup> Depois de Afrânio Peixoto, outros críticos propuseram diferentes categorias para pensar o gênero do compêndio de narrações do *Peregrino da América*. Sara Augusto (1995, 1997), por exemplo, adota denominações como «narrativa de ficção moralizante» ou «narrativa de viagens». Já Maria Micaela Moreira (2006) prefere a designação «novela alegórica», ao passo que José Adriano Filho (2013) utiliza a expressão (já citada neste artigo) «narrativa alegórica de peregrinação».

Entretanto, em nenhuma dessas categorias se resolve o gênero do *Peregrino da América*. Em primeiro lugar, porque o termo «novela» é tecnicamente impreciso para classificar essa obra. No *Vocabulário Português e Latino*, registra-se, entre outras, a seguinte acepção de novela: «Conto fabuloso. Patranha inventada para entreter ociosos. São celebres as Novellas de Bocacio [*sic*] Author Italiano» (Bluteau, 1716, V: 757). Observa-se, então, que o gênero novelesco se aproxima do conto – principalmente, em razão da brevidade<sup>8</sup> – e que seu grande modelo é o *Decameron*, de Giovanni Boccaccio. Nas letras ibéricas do século XVII, as *Novelas Ejemplares*, de Miguel de Cervantes, são célebres exemplos desse gênero. Portanto, a primeira parte do *Peregrino da América*, constituída de 28 longos capítulos, não se define de modo apropriado, em vista das práticas letradas do Setecentos, como uma novela, por ser esta concebida como um texto mais curto do que aquele extenso *Compêndio*.

Outra imprecisão que se verifica nas categorias referidas é o uso anacrônico do termo «narrativa». Trata-se de um vocábulo que, como também atesta o *Vocabulário Português e Latino*, tinha dois significados mais comuns

---

<sup>7</sup> Em sua «supplica ao senhor mestre de campo Manoel Nunes Vianna», Marques Pereira ratifica a «obediência e sujeição, que [todos] devem ter ao nosso Grande Monarcha Rei de Portugal» (Pereira, 1939, I: 12)

<sup>8</sup> Em *Corte na Aldeia* (1619), de Francisco Rodrigues Lobo, diferenciam-se os contos das histórias, porque «elas pedem mais palavras que eles, e dão maior lugar ao ornamento e concerto das razões, levando-as de maneira que vão afeiçoando o desejo dos ouvintes; e os contos não querem tanto de retórica porque o principal em que consistem é a graça do que fala, e na que tem de seu a cousa que se conta» (Lobo, 1959: 199).

na primeira metade do século XVIII: «narração» e «arte de narrar» (Bluteau, 1716, V: 680). Já os sentidos sugeridos naquelas designações («narrativa de ficção moralizante», «narrativa de viagens» e «narrativa alegórica de peregrinação») parecem decorrer de um tempo posterior ao *Peregrino da América*, o da chamada «modernidade literária», isto é, do século XIX em diante. Nesses sentidos extemporâneos ao Setecentos, «narrativa» é entendida como «prosa literária (conto, novela, romance etc.), caracterizada pela presença de personagens inseridos em situações imaginárias; ficção»; ou, ainda, como «o conjunto das obras de determinado autor ou de uma determinada época, de um país etc.» (Houaiss e Villar, 2009: 1342).

Por fim, conquanto nenhum dos críticos mencionados considere a obra de Marques Pereira um «romance», é pertinente recordar que, na qualidade de gênero «literário» em prosa, o romance consolida-se somente entre fins do século XVIII e início do XIX. Dessa maneira, até meados dos anos setecentos, esse termo, particularmente em português, «aplica-se exclusivamente aos “romances de cavalaria” e aos poemas assim chamados por serem uns e outros escritos em vulgar. “Romançar”, “romançar”, “romancear” é traduzir do latim para a língua “romana”, isto é, para uma língua vulgar, ou nela compor algum discurso» (Muhana, 1997: 18).

Tais dificuldades para caracterizar o gênero do *Peregrino da América*, em termos retórico-poéticos adequados ao tempo em que se produziu a obra, talvez sejam provenientes da indeterminação do conceito mesmo de «gênero» nas preceptivas antigas gregas e latinas; indefinição essa que repercute nas letras dos séculos XVI a XVIII. Em geral, os tratadistas dos anos quinhentos, seiscentos e setecentos depreendem dos preceitos poéticos antigos – mormente da *Poética* de Aristóteles – uma classificação (conforme o faz, por exemplo, Alonso López Pinciano em sua *Philosophía Antigua Poética*) que apresenta quatro gêneros basilares – a tragédia, a comédia, a épica e a ditirâmbica (ou lírica) – e diversas espécies «menores», como a sátira, o mimo, a écloga, a elegia, o apólogo (ou alegoria) e o epigrama (Pinciano, 1998: 329 e segs.). Todavia, o tratado de Pinciano parece não distinguir gêneros e espécies poéticos, nomeando aqueles quatro grandes gêneros «especies cardinales y principales», possivelmente devido ao fato de o texto de Aristóteles tampouco fazer tal distinção, como se nota logo em seu primeiro parágrafo:

Falemos da poesia – dela mesma e das suas espécies, da efectividade de cada uma delas, da composição que se deve dar aos mitos, se quisermos que o poema resulte perfeito, e, ainda, de quantos e quais os elementos de cada espécie e, semelhantemente, de tudo quanto pertence a esta indagação – começando, como é natural, pelas coisas primeiras. (Aristóteles, 2008: 103)

Já na *Retórica* aristotélica, são definidos três gêneros de discursos: o deliberativo, o judicial e o epidíctico. Em um discurso deliberativo, aconselha-se ou dissuade-se acerca de eventos futuros, tendo como finalidade aquilo que é conveniente ou prejudicial. No segundo gênero, o orador defende ou acusa com base em acontecimentos passados, mirando ao justo ou ao injusto. No epidíctico, enfim, elogia-se ou censura-se no tempo presente – embora, muitas vezes, também se discorra «evocando o passado e conjecturando sobre o futuro» –, com vista ao belo ou ao feio (Aristóteles, 2005: 104-105).

Quanto à noção mais ampla de «gênero», o *De Inventione*, de Cícero (1949: 64), estabelece que «genus est quod plures partes amplectitur», ou seja: o gênero é aquilo que abarca várias partes. E o *Orator*, igualmente de Cícero (1939: 392), preceitua que «cum res postulabit, genus universum in species certas, ut nulla neque praetermittatur neque redundet, partietur ac dividet», isto é: quando o assunto assim o demandar, o orador deve repartir e dividir o gênero em espécies determinadas, para que nenhuma espécie seja esquecida ou supérflua.

No que diz respeito, em especial, às obras de ficção em prosa, Manuel Pires de Almeida – um preceptista português do século XVII – propõe, em um tratado manuscrito incompleto, intitulado *Argumento de Heliodoro*, a chamada «epopeia em prosa», um gênero poético que,

consoante o estudo minucioso que dele o faz Adma Muhana, é «distinto da épica antiga e dos romances de cavalaria» e que não se subordina à epopeia «seja devido ao metro, ou à caracterização dos personagens, seja a qualquer outro elemento substantivo da arte poética» (Muhana, 1997: 29). Os modelos antigos mais relevantes desse gênero seiscentista são *As Etiópicas*, de Heliodoro, e *Leucipe e Clitofonte*, de Aquiles Tácio. Dessarte, a epopeia em prosa é definida como «imitação comum de ação grave, una e extensa, narrada sem metro, com pensamento ornado» (Muhana, 1997: 33). No entanto, tal gênero parece proceder mais do empenho crítico-dedutivo da pesquisadora, derivado daquele tratado de Pires de Almeida, do que propriamente dos textos de ficção em prosa por ela estudados. Nestes (entre eles, como exemplos significativos, recordem-se *Los Trabajos de Persiles y Sigismunda*, de Cervantes, e os *Infortúnios Trágicos da Constante Florinda*, de Gaspar Pires de Rebelo) não se encontram indícios decisivos de que possam ser tomados como «epopeias em prosa». Eles se nomeiam «trabalhos», «infortúnios» ou coisas similares – o que, evidentemente, não determina seu(s) gênero(s) – e se mostram, sobretudo, como «histórias» (no caso, fictícias). A disposição desses textos é, comumente, muito semelhante à dos livros de «história verdadeira» dos séculos XVI a XVIII com sua profusão de capítulos, e não como se fossem epopeias com seus cantos, ainda que em prosa. Eles não se ostentam como gêneros poéticos



puros, mas como mistos histórico-retórico-poéticos, nos quais, apesar da indiscutível importância da épica, predomina a «história fingida» (que, delineada em *Corte na Aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, será discutida mais adiante neste artigo).

Posto isso, é necessário se voltar para as especificidades do gênero em que se inscreve a primeira parte do *Peregrino da América*. Esse *Compêndio Narrativo* é referido pelo narrador-Peregrino, no fim do capítulo I, como uma história: «quando no fio da [minha] história» (Pereira, 1939, I: 26); e, no parágrafo final do capítulo IV, depois de interromper o relato do Peregrino, assim lhe roga o Ancião: «o que vos peço agora, é que continueis a narração de vossa história» (Pereira, 1939, I: 57). Tais usos da palavra «história», que não se restringem aos dois trechos citados, indicam que o *Compêndio* é também histórico – não, por óbvio, no sentido de uma «ciência histórica», não condizente com as práticas letradas que enformam o texto setecentista de Marques Pereira, e sim naquele sentido antigo da *historia magistra vitae*, da história como celeiro de exemplos para a vida. Isso se reforça quando se examina um modelo próximo (no tempo, no estilo parábólico e no caráter alegórico-doutrinário) do *Peregrino da América: a História do Predestinado Peregrino e de seu Irmão Precito* (1682), escrita

pelo padre jesuíta Alexandre de Gusmão,<sup>9</sup> que aparece como personagem exemplar na primeira parte do *Compêndio Narrativo*. No capítulo V da «história» compendiada por Marques Pereira, o Peregrino assiste a uma missa no «Templo do Seminário de Belém», localizado na «Villa da Cachoeira», na Bahia, e fundado, em 1686, justamente pelo padre Gusmão. Tendo orado e ouvido missa em Templo «tão condigno de veneração», o Peregrino faz em seguida, no capítulo VI, um veemente encômio ao fundador dessa igreja, comparando o Alexandre jesuíta, «venerável herói», ao célebre Alexandre Magno, rei da Macedônia:

De Alexandre Magno, o mais esforçado Rei que houve no mundo, escreve o seu Chronista tão relevantes grandezas, que pasma o entendimento de quem as ouve repetir. E fazendo comparação com o presente Alexandre, se póde dizer com maior razão, que o primeiro foi sombra á vista deste Gusmão. Porque se Alexandre Magno foi Rei em Macedonia, Alexandre de Gusmão foi Rei, ou Reitor da sagrada Religião da Companhia de JESUS. Se Alexandre Magno teve côroa, foi momentanea, e temporal: e Alexandre de Gusmão tem côroa impressa na alma, e espera gozar outra na gloria para sempre. Se Alexandre Magno deu culto aos Idolos, e destruiu Cidades com soberba, Alexandre de Gusmão fez Templos consagrados a Deus, reformou Cidades, augmentou Provincias, com doutrina,

==

<sup>9</sup> Essa obra de Gusmão foi reimpressa, recentemente, em uma edição que, organizada por Marina Massimi (2012), apresenta uma versão atualizada do texto, além de um estudo introdutório e cinco estudos críticos.

e humildade. Se Alexandre Magno conquistou o mundo com homens soldados guerreiros, symbolo da soberba, Alexandre de Gusmão venceu o Céu com Sacerdotes, e meninos, que representam Anjos pelo estado da innocencia. E finalmente, se Alexandre Magno conquistou o mundo com soberba, e poder, Alexandre de Gusmão reformou o mundo com humildade, e saber. (Pereira, 1939, I: 78)

Embora a segunda parte do *Peregrino da América* não seja objeto deste artigo, vale ainda lembrar que, no preâmbulo «ao leitor» do segundo volume, Marques Pereira explicita que, para compor tais «presentes humanidades, e moralidades, e histórias repetidas» – a fim de persuadir o leitor, deleitando-lhe o gosto e entretendo-lhe a vontade – seguiu «alguns autores da melhor nota nesta minha escripta», entre os quais refere, precisamente, «o Padre Alexandre de Gusmão, no seu livro *Peregrino predestinado*» (Pereira, 1939, II: 4). Aceca desse livro de Gusmão, Marcus De Martini ressalta que «a primeira dificuldade [...] ao analisar a obra é, de fato, definir o seu gênero» e que «grande parte da crítica atual a classifica como uma “novela alegórica”» (De Martini, 2019: 85). Alguns críticos chegam a afirmar que a *História do Predestinado Peregrino e de seu Irmão Precito* foi a «primeira novela escrita no Brasil» (Moisés, 1990: 222). Porém, como já demonstrado, «novela» não é uma designação conveniente ao gênero em que se inserem essas obras de Gusmão e de Marques Pereira, constituídas de longas narrações em

prosa alegórica e doutrinária. Diante disso, um possível caminho para evitar imprecisões terminológicas a respeito desse gênero é observar o que declara o próprio título do livro do padre jesuíta: trata-se de uma «história».

A simplicidade e a obviedade dessa constatação não solucionam o problema do gênero da primeira parte do *Peregrino da América*, mas fornecem indícios essenciais à questão, sem recorrer a malabarismos teóricos anacrônicos. No citado *Corte na Aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, tratado seiscentista de cortesia fundamental para as letras portuguesas e luso-brasileiras dos séculos XVII e XVIII, há um diálogo em que as personagens diferenciam dois gêneros (ou espécies) de histórias: as «verdadeiras» e as «fingidas» (ou «imaginadas»). D. Júlio, uma das personagens de *Corte na Aldeia*, começa o debate expondo sua preferência em matéria de livros que, não sendo «divinos» nem «necessários», são qualificados como «de recreação»:

Sou particularmente afeiçoado a livros de história verdadeira, e, mais que às outras, às do Reino em que vivo e da terra onde nasci; dos Reis e Príncipes que teve; das mudanças que nele fez o tempo e a fortuna; das guerras, batalhas e ocasiões que nele houve; dos homens insignes, que, polo discurso dos anos, floresceram; das nobrezas e brasões que por armas, letras, ou privança se adquiriram. (Lobo, 1959: 13)

Evidencia-se, dessa forma, que a «história verdadeira» é aquilo que se denomina, nos séculos XVI a XVIII, arte ou gênero histórico. Essa *ars* é determinada, especialmente, por aquela referida tópica ciceroniana: *historia magistra vitae*<sup>10</sup>. Isso porquanto, como salientam Reinhart Koselleck<sup>11</sup> e François Hartog<sup>12</sup>, até o Setecentos, predomina a concepção antiga de história, sintetizada por esse afamado *topos*. Daí ter a «história verdadeira» de que fala D. Júlio a função primordial de servir como fonte de *exempla* para comprovar doutrinas morais, religiosas, políticas e jurídicas. Além disso, cabe realçar que as quatro maiores *auctoritates* da arte histórica, emuladas pelos historiadores quinhentistas, seiscentistas e setecentistas, são Heródoto (considerado o «pai da história» por Cícero), Tucídides, Tito Lívio e Tácito. E, posto que a verdade seja a lei precípua

da história antiga, o discurso histórico não tem autonomia preceptiva e, conseqüentemente, rege-se pelas artes retóricas e poéticas, sendo elementos basilares dele a imitação (*mimesis, imitatio*) e a verossimilhança (*eikós, verisimilis*). Portanto, até fins do século XVIII, mais do que retratar ou documentar a «verdade» sobre o passado, os textos incluídos no gênero histórico apresentam aos olhos dos leitores ou dos ouvintes aquilo que é verossímil, movendo-os pelo deleite e pelo ensinamento e visando a propósitos morais, religiosos e políticos.

Àquela fala de D. Júlio, responde Solino, outra *persona* de *Corte na Aldeia*, defendendo seu gosto pelos livros de «histórias fingidas»:

---

<sup>10</sup> É no seguinte excerto do *De Oratore*, de Cícero, que se encontra tal sentença: «Quis cohortari ad uirtutem ardentius, quis a uitiiis acrius reuocare, quis uituperare improbos asperius, quis laudare bonos ornatius, quis cupiditatem uehementius frangere accusando potest? Quis maerorem leuare mitius consolando? Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis, qua uoce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?». Na tradução de Adriano Scatolin: «Quem é capaz de exortar à virtude com mais ardor, de apartar dos vícios com mais severidade, de vituperar os maus com mais aspereza, de louvar os bons com mais distinção, de, numa acusação, derrubar a ambição com mais veemência? Quem, com sua consolação, pode aliviar a tristeza com mais doçura? Quanto à História, testemunha do tempo, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da Antiguidade, que outra voz a confia à eternidade, senão a do orador?» (Scatolin, 2009: 201).

<sup>11</sup> De acordo com Koselleck, o uso desse repisado lugar-comum ciceroniano «remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. Até o século XVIII, o emprego de nossa expressão permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas. Mas, da mesma forma, a perpetuação de nosso *topos* aludia a uma constância efetiva das premissas e pressupostos, fato que tornava possível uma semelhança potencial entre os eventos terrenos. E, quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos. A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível» (Koselleck, 2006: 43).

<sup>12</sup> «Não sem reformulação (começando pela cristã), o *topos* da *historia magistra [vitae]* permanecerá ativo até o fim do século XVIII [...]. [Depois], entra-se então num outro regime de historicidade, formulado na Alemanha no último terço do século XVIII e realizado pela Revolução Francesa: o da história concebida como processo e incarnada no progresso» (Hartog, 2001: 20).

Não é essa a minha opinião (disse Solino) porque contra o gosto me assombram muito cousas passadas, e andar abrindo sepulturas de gente morta. E, no que toca à verdade, certo que à conta dos enterrados se escrevem algumas vezes tão grandes mentiras, que lhes não levam vantagem os fingimentos de histórias imaginadas. E havendo um homem de ler o que não é, ou o que sai tão caldeado e tão batido da forja dos autores que mudado traz o metal, a cor e a natureza, estou melhor com os livros de cavalarias e histórias fingidas, que, se não são verdadeiros, não os vendem por esses; e são tão bem inventados que levam após si os olhos e os desejos dos que os leem. (Lobo, 1959: 14)

Essas palavras de Solino em defesa das histórias «imaginadas» ou «fingidas» ecoam uma opinião antiga – conhecida, pelo menos, desde Luciano de Samósata – de que, nas «histórias verdadeiras», os autores costumam mentir, atentando contra a verdade histórica. Disso decorre que os livros de cavalarias ou de histórias fingidas, por não se «venderem» como verdadeiros, são mais sinceros e proveitosos do que aqueles de historiadores que mentem. Essa argumentação de Solino é refutada por outro interlocutor do diálogo, o Doutor, para quem «é graça e galantaria comparar histórias verdadeiras com patranhas desproporcionadas», uma vez que tais patranhas «gastam o tempo mal a quem nelas se ocupa, quando as outras [as histórias verdadeiras] servem de exemplo para imitar, de lembrança para engrandecer e de recreação para divertir». E o

Doutor encerra seu discurso citando aquela tópica ciceroniana: «Donde Marco Túlio chamou à história mestra da vida» (Lobo, 1959: 15).

Em resposta a essa contestação, Solino reforça seus argumentos:

Vós, senhor Doutor (disse Solino), achareis isso nos vossos cartapácios; mas eu ainda estou contumaz. Primeiramente, nas histórias a que chamam verdadeiras, cada um mente segundo lhe convém, ou a quem o informou, ou favoreceu para mentir; porque se não forem estas tintas, é tudo tão misturado que não há pano sem nódoa, nem légua sem mau caminho. No livro fingido contam-se as cousas como era bem que fossem e não como sucederam, e assim são mais aperfeiçoadas. [...] E, quanto ao retrato e exemplo da vida, melhor se colhe no que um bom entendimento traçou e seguiu com muito tempo de estudo que no sucesso que às vezes se alcançou por mão da ventura, sem a diligência e engenho meterem nenhum cabedal. (Lobo, 1959: 16)

É patente a repercussão da preceptiva aristotélica nessa argumentação de Solino. Como se sabe, Aristóteles, no capítulo IX de sua *Poética*, ao diferenciar poesia e história, assevera que não é ofício do poeta «narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade». Logo, distinguem-se o historiador e o poeta porque o primeiro «diz as coisas que sucederam» e o segundo «as que poderiam suceder», o que leva à conclusão de que «a poesia é algo de

mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta, o particular» (Aristóteles, 2008: 115). O que Solino propõe em *Corte na Aldeia*, então, é a história fingida, à semelhança da poesia, como mais filosófica e universal do que a história verdadeira; por esse motivo, nos fingimentos de história imaginada, do mesmo modo que nos poéticos, as coisas se mostram mais aperfeiçoadas.

Assim, em uma história fingida, como o é a primeira parte do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, é determinante a descrição das coisas com *enargeia*, colocando-as, verosimilmente aperfeiçoadas, diante dos olhos do leitor.<sup>13</sup> No capítulo XIV desse *Compêndio* historicamente fingido, o Peregrino recorre à tópica poética do *locus amoenus* para descrever, com vividez, um vale aprazível da Bahia:

Caminhei aquella manhã, até quasi as onze horas, por uma estrada desabrida de sombras, motivo porque o Sol com seu reverberante calor me atropellava a jornada, e pela agitação do exercicio de andar se multiplicava a calma, por cuja razão me resolvi baixar a um valle, onde descobri frondosas arvores, que de verde primavera se vestiam fazendo pomposas galas. E chegando a registrar o sitio, achei uma crystalina fonte, que por solitaria não murmurava, porém tão prodiga como liberal de suas aguas e não menos alegre, por

se ver livre de pagar tributo á corrente de caudalosos rios, aonde se precipitam, ou já por se considerar isenta da prisão de uma arca, em que as prendem debaixo de chaves e outras em perpetuos calabouços de opprimidos chafarizes, fazendo-as derramar continuas lagrimas, por se verem represadas em uma rigorosa clausura. Alli passei até ás três horas da tarde, gozando daquelle ameno sitio. (Pereira, 1939, I: 166-167)

Como ensina Hermógenes, em seus *Progymnasmata*:

A *ekphrasis* é um enunciado que apresenta em detalhe, que tem a vividez (*enargeia*) e que põe sob os olhos o que mostra. Têm-se descrições de pessoas, de ações, de situações, de lugares, de tempos e de muitas outras coisas. [...] As virtudes da descrição são principalmente a clareza e a evidência: o discurso deve quase produzir a visão por meio da audição. É importante, além disso, que os elementos do discurso se modelem sobre as coisas: se a coisa é florida, o discurso o será também, se é seca, será do mesmo modo. (*apud* Hansen, 2014: 74)

Em termos hermogenianos, a citada descrição feita pelo Peregrino é uma éfrase de lugar, que produz, com clareza e evidência em um discurso florido, a visão de um vale ameno da Bahia, repleto de frondosas árvores e banhado por uma fonte cristalina. Essa visão de um paraíso terreno pode ser comparada com

==

<sup>13</sup> A principal éfrase (*ekphrasis*) no *Peregrino da América* – a vívida descrição do quadro «Espelho da vida humana», no capítulo XXIV – foi minuciosamente analisada por João Adolfo Hansen (2014).

a visão do Paraíso edênico e de Eva, apresentados em uma écfrase de lugar e de pessoa, no capítulo XVIII:

que sahindo Eva ao vergel do Paraiso, toda trajada de gloria, convidada do sitio, foi estendendo o passeio por entre plantas e flores e mui vistosos pomos, vendo as crystallinas aguas. As arvores lhe faziam verde docel de esmeraldas, as flores lhe alcatifavam o prado, os pomos a convidavam; a fonte, já de admirada, parava pela ver retratada em seus crystaes; os animaes, absortos de verem tanta belleza, lhe rendiam adorações; as aves com sonora melodia a festejavam, por cuidarem que era a Aurora, que por aquelle horizonte vinha subindo; resultando-lhe tudo isto de ser uma creatura tão perfeita e bella, como feita pelas mãos de Deus; competindo nella o assombro com a admiração, a galla com a graça; condigna por certo de toda a veneração; pois era a maravilha unica, que se via naquelle alegre jardim. Mas este prospero estado lhe durou pouco: porque é sabido, que o mal sempre está de assento, e o bem traz azas comsigo. (Pereira, 1939, I: 259)

A «visão do Paraíso»<sup>14</sup> sempre traz consigo a lembrança do pecado. E o paraíso terreno – presentificado naquela descrição do vale aprazível, *locus amoenus* do Estado do Brasil – é constante prenúncio de castigo: «Ah! Estado

do Brasil, como te temo e receio um grande castigo pelo máu governo que têm muitos dos teus habitadores com seus escravos e famílias!» (Pereira, 1939, I: 158-159). É justamente para esses habitadores da América Portuguesa a advertência que o Ancião, alegoria revelada do «Tempo bem empregado», faz no último capítulo desse compêndio de história fingida: «Tambem vos advirto, que se não tomares os meus conselhos e avisos, perdereis tres cousas: tempo, saúde e salvação. Tempo, porque não achareis mais; saúde, porque enfermareis no peccado; salvação, porque vos deixareis ir ao inferno (Pereira, 1939, I: 413).

Enfim, a primeira parte do *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* é uma história fingida que, narrada em estilo parabólico, deleita e instrui com alegorias retórico-poéticas e doutrina cristã, a fim de mover afetos e castigar vícios e pecados no Estado do Brasil. Contudo, isso não é uma definição de gênero, mas aquilo que se pode fazer neste breve artigo, extemporâneo à obra de Nuno Marques Pereira: considerações sobre o gênero (ou a espécie, tendo em vista aqueles problemas terminológicos relativos a essas duas noções) de um texto que talvez seja genericamente indefinível. Gênero, em última instância, misto<sup>15</sup>

==

<sup>14</sup> Ao utilizar essa expressão, não há como deixar de mencionar a obra homônima de Sérgio Buarque de Holanda (2000).

<sup>15</sup> Como foge ao escopo e aos limites deste artigo discutir uma questão tão complexa como o é aquela do gênero misto, recomenda-se a tese de Rodrigo Gomes de Oliveira Pinto, intitulada *Doutrina do misto e anatomia do monstro: usos da retórica de Hermógenes entre os séculos XVI e XVIII*, na qual se desenvolve «a hipótese de que a defesa do gênero misto do discurso, ou a defesa do gênero de poema misto no uso do discurso, de feição vária, supõe a presença doutrinária de retores gregos como Hermógenes (ou Demétrio ou Dionísio

(histórico-retórico-poético), a história fingida ou imaginada existe somente nos textos específicos que a produzem ao reinventá-la, sendo-lhe impróprias as generalizações. E como diz o Peregrino nos estertores de sua história, «ferrarei agora as velas do meu discurso e narração, suspendendo a pena desta escrita» (Pereira, 1939, I: 414).

## Bibliografia

### *Impressa*

- Aristóteles (2005). *Retórica*. (2ª ed.). (Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena). (Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior). Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa;
- Aristóteles (2008). *Poética*. (8ª ed.). (Trad., prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa). Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa;
- Augusto, S. (1995). *O Compêndio Narrativo do Peregrino da América, de Nuno Marques Pereira. Dos maus caminhos da terra aos bons caminhos do céu*. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa. 268 pp.;
- Augusto, S. (1997). *Compêndio Narrativo do Peregrino da América: narrativa de viagens*. Em: A. M. Falcão et al. (eds.). *Literatura de Viagem: narrativa, história, mito*. Cosmos. Lisboa;
- Bluteau, R. (1716). *Vocabulario Portuguez, & Latino*. Na Oficina de Pascoal da Sylva. Lisboa. Vol. 5;
- Bluteau, R. (1720). *Vocabulario Portuguez, & Latino*. Na Oficina de Pascoal da Sylva. Lisboa. Vol. 6;
- Cícero, M.T. (1939). *Brutus. Orator*. (Translated by G. L. Hendrickson, H. M. Hubbell). Harvard University Press. Cambridge;
- Cícero, M.T. (1949). *On Invention. The Best Kind of Orator. Topics*. (Translated by H. M. Hubbell). Harvard University Press. Cambridge;
- Filho, J.A. (2013). *Combate ao Mundo e Conquista do Paraíso: Ficção e Alegoria no Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. Tese de Doutorado em Teoria e História Literária. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 270 pp.;
- Hartog, F. (2001). *A história de Homero a Santo Agostinho*. (Trad. de Jacyntho Lins Brandão). Editora da UFMG. Belo Horizonte;
- Holanda, S.B. (2000). *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Brasiliense, Publifolha. São Paulo;
- Houaiss, A. e Villar, M.S. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva. Rio de Janeiro;
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. (Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão de César Benjamin). Contraponto; Ed. Puc-Rio. Rio de Janeiro;
- Lobo, F.R. (1959). *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*. (Prefácio e notas de Afonso Lopes Vieira). (2ª ed.). Sá da Costa. Lisboa;
- Massimi, M. (2012). *A novela História do Predestino Peregrino e de seu Irmão Precito (1682): compêndio dos saberes antropológicos e psicológicos dos jesuítas no Brasil colonial*. Edições Loyola. São Paulo;
- Machado, D.B. (1752). *Bibliotheca Lusitana*. Na Oficina de Ignacio Rodrigues. Lisboa. T. III;
- Moisés, M. (1990). *História da Literatura Brasileira*. (3ª ed.). Cultrix. São Paulo;

---

de Halicarnasso), cujos tratados ganham legibilidade em terras italianas, espanholas e portuguesas [nos séculos XVI a XVIII]» (Pinto, 2015: 14).

Moreira, M.M.D.P.R. (2006). *A Novela Alegórica em Português dos Séculos XVII e XVIII. O Belo ao serviço do Bem*. Tese de Doutorado em Ciências da Literatura (Literatura Portuguesa). Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga. Vol. I. 422 pp.;

Muhana, A. (1997). *A epopeia em prosa seiscenista: uma definição de gênero*. Fundação Editora da UNESP. São Paulo;

Pereira, N.M. (1728). *Compendio Narrativo do Peregrino da América*. Na Oficina de Manoel Fernandes da Costa. Lisboa;

Pereira, N.M. (1939). *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. (Notas e estudos de Varnhagen, Leite de Vasconcelos, Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon). Publicações da Academia Brasileira. Rio de Janeiro. 2 vols.;

Pinciano, A.L. (1998). *Philosophía Antigua Poética*. Biblioteca Castro. Madrid;

Pinto, R.G.O. (2015). *Doutrina do misto e anatomia do monstro: usos da retórica de Hermógenes entre os séculos XVI e XVIII*. Tese de Doutorado em Literatura Portuguesa. Faculdade

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 335 pp.;

Scatolin, A. (2009). *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. Tese de Doutorado em Letras Clássicas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 308 pp.

### *Digital*

De Martini, M. (2019). O que a “primeira novela brasileira” pode nos dizer sobre o papel das letras coloniais no estudo de literatura? *Revista USP*, **121**: 79-94. Acedido em 10 de abril de 2021, em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/157775/153030>;

Hansen, J.A. (2014). Sobre a éfrase do capítulo 24 do 1º livro do Compêndio Narrativo do Peregrino da América. *Letras Clássicas*, **18 (1)**: 73-84. Acedido em 10 de abril de 2021, em: <https://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/view/118455/115984>.